

(sgt2006_8)

Relação gênero-docência-maternidade e implicações no cotidiano escolar

Maraiza Oliveira Costa

Bolsista PIBIC/Faculdade de Educação/UFG

marizaufg@yahoo.com.br

Ivone Garcia Barbosa

Docente da Faculdade de Educação/UFG

garciasoares@cultura.com.br

O trabalho “Relação gênero-docência-maternidade e implicações no cotidiano escolar” é vinculado ao projeto de pesquisa “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”, coordenado pela professora Dr^a. Ivone Garcia Barbosa, da Faculdade de Educação/UFG. O tema, que permeia assuntos ligados a gênero, maternidade e docência, justifica-se pela necessidade de entendermos como se dá a feminização da docência, qual é o conceito de gênero de 60 mães-estudantes dos cursos de licenciatura em Educação Física, Letras, Pedagogia e Artes da Universidade Federal de Goiás, a concepção do “ser mulher” e do “ser mãe” das participantes e como isto influencia na docência e no processo educacional de seus filhos. Verificamos que a constituição histórica da imagem do profissional de educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade e da mulher como educadora nata. Diante disso acreditamos que o problema não é unir a aprendizagem à afetividade, o que tentamos problematizar aqui é o fato de apenas a mulher ser relacionada ao ato de cuidar, de ser permissiva, de ser paciente e doce com seus alunos. Enfim esta pesquisa foi enriquecedora na nossa formação acadêmico-científica para percebermos aspectos relevantes que permeiam nossa sociedade, o universo feminino e a educação. Além de despertarmos para a necessidade que haja mais discussão do tema gênero nas faculdades, principalmente nas de formação de professores.

Palavras-chave: Gênero, Maternidade e Docência

Seminário Nacional de Trabalho e Gênero
Sessão temática: Trabalho, gênero e educação

Relação gênero-docência-maternidade e implicações no cotidiano escolar

Maraiza Oliveira Costa

Bolsista PIBIC/Faculdade de Educação/UFG
marizaufg@yahoo.com.br

Ivone Garcia Barbosa

Docente da Faculdade de Educação/UFG
garciasoares@cultura.com.br

Goiânia,
fevereiro de 2006

INTRODUÇÃO

O presente sub-projeto de pesquisa tem com tema “*Relação gênero-docência-maternidade e implicações no cotidiano escolar*” é vinculado ao projeto de pesquisa “*Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas*”, coordenado pela professora Dr^a. Ivone Garcia Barbosa, da Faculdade de Educação/UFG.

O tema, que permeia assuntos ligados a gênero, maternidade e docência, justifica-se pela necessidade de entendermos como se dá a feminização da docência, qual é a concepção de gênero de algumas mães-estudantes dos cursos de licenciatura em Educação Física, Letras, Pedagogia e Artes da Universidade Federal de Goiás e que fatores são determinantes na forma como o papel da mulher é concebido atualmente em nosso meio social?

Maternidade: um conceito histórico

Para entendermos então o processo de feminização da docência destacaremos primeiramente um pouco da história da maternidade e depois como esta foi sendo ligada à docência.

De acordo com DEL PRIORE (2000), apesar de haver no Brasil colônia do início do século XIX tentativas de se cuidar da infância, se destacava também a alta incidência de mortalidade infantil devido aos maus tratos. Era muito frequente também o fato de crianças serem abandonadas pelas mães que viviam em condições financeiras difíceis acontecendo, inclusive, abortos e infanticídio.

A morte de crianças, neste período, se tornou um problema, pois o Brasil deveria se desenvolver e, para isso, precisava de aumentar a população. Assim, a Igreja e a Medicina passaram a estimular o cuidado com a infância e a criticar severamente abortos e abandono da prole; além disso, foi incrementado o culto à Virgem Maria Mãe de Deus, contribuindo para um modelo de maternidade “ideal” para a sociedade da época (DEL PRIORE, 2000).

Ainda falando sobre maternidade durante este período, VENÂNCIO (2004) diz que durante o segundo e terceiro século de colonização crianças, inclusive recém nascidas, eram deixadas em calçadas, praias, lixos e terrenos baldios. Daí a construção de casa de caridade e outras instituições com o propósito de desviar bebês da estrada do limbo e garantir a eles o sacramento do batismo.

As Santas Casas do Rio de Janeiro e Salvador acolheram 50 mil enjeitados durante os séculos XVIII e XIX. E todo aquele que encontrasse um bebê na rua ou os recebesse dos próprios pais deveriam recolher a criança e batizá-la, ganhando por isso ajuda financeira do presidente da câmara. Existiam os que recebiam estas crianças como uma demonstração de fé e outros que tinham interesse meramente financeiro o que, por sua vez, ocasionava frequentemente risco para a vida dos bebês, por falta de higiene, ausência alimentação adequada, ou mesmo agressões físicas. (VENÂNCIO, 2004)

Ao analisar os motivos que levavam ao abandono infantil, tem-se que este não se dava apenas por miséria, pois havia as mulheres de boa situação econômica que o fazia para não sofrer as condenações morais por ter um filho vindo de um amor proibido. Diante disto é importante problematizar o conceito de maternidade e analisar se realmente é inerente à natureza feminina.

BADINTER (1985) afirma que a história da maternidade e a forma como esta foi entendida está intimamente ligada à história da infância. O comportamento de rejeição da criança por certas mães durante muitos séculos, conforme demonstrado em resgate de alguns

historiadores, é justificado pela desvalorização que a própria sociedade fazia das crianças. Isto levou as mulheres de vários grupos sociais a gastarem seu tempo com outras coisas, já que outras mulheres (as amas de leite) poderiam fazer o papel de cuidadoras dos seus filhos por algum dinheiro.

Segundo a mesma autora, por volta do século XIII, a criança é considerada como um estorvo e as atitudes dos pais vão de abandono físico ao moral. O primeiro sinal da rejeição é a recusa maternal a dar-lhe o seio, era comum às famílias aristocráticas contratarem amas de leite. Para as famílias pobres, os filhos poderiam significar uma ameaça a sobrevivência dos pais, como exemplo disto tem-se as próprias amas de leite que, muitas vezes, abandonavam seus próprios filhos para amamentar uma criança da cidade, o que nos mostra a superioridade do instinto de sobrevivência com relação ao materno. Além disso, a elevada taxa de mortalidade infantil fez, durante muito tempo, com que as mães não se apegassem de forma intensa aos seus filhos, pois caso estes morressem estas também morreriam de tristeza.

ARIÈS (1981) afirma que não foi só a infância que ganhou importância a partir do século XVI, com ela entrou em cena também a família e a importância da vida privada. O que não acontecera na Idade Média, na qual as pessoas enviavam suas crianças a outras famílias para que aprendessem maneiras de um cavaleiro, um ofício ou para que entrassem em uma escola, e isto contribuía para que o sentimento entre pais e filhos não fosse alimentado, não se dando o devido valor à família e à criança.

BADINTER (1985) relata que após 1760 vê-se publicações que recomendam às mães a cuidarem de seus filhos, há uma exaltação do amor materno como um valor natural e social. O Estado também passa a preocupar-se com a sobrevivência das crianças e exige que as mulheres cumpram suas obrigações de mãe. As mulheres, por sua vez, notaram que ao assumirem este papel (necessário inclusive para preservação da sociedade), adquiririam uma importância considerável, que jamais tiveram.

Rousseau, com a publicação de Emílio em 1762, lançou uma visão sobre a família, fundada no amor e dedicação materna. E, deste modo propaga uma imagem feminina que implica características de mãe. Para este autor a educação das crianças é responsabilidade da mãe que nasceu para isto; assim, faz uma crítica àquelas que abandonam seu principal dever, não amamentando os filhos e os deixando aos cuidados de estranhas.

Mulher, maternidade e docência

Uma pesquisa feita por Luiz Pereira em 1964 constata que 93,4% das 289.865 pessoas filiadas ao magistério no Brasil eram mulheres e 92,5% dos próprios professores consideram esta atividade realmente mais adequada às mulheres usando o argumento de que o instinto maternal traz maior dose de certas aptidões, tais como: carinho amor, docilidade, compreensão paciência, abnegação, comunicabilidade, meiguice, dedicação, etc. Além disso, afirmaram que esta ocupação deve ser mais feminina, pois o sistema de ensino tem salários baixos, poucas horas de trabalho diário e prestígio ocupacional insatisfatório (LOPES, 1991).

De acordo com VIANNA (1998), o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria e Estado da Educação em São Paulo, em 1990, mais de 70% de seus funcionários em todos os cargos docentes e não docentes e quase 100% no magistério primário eram mulheres. E uma pesquisa sobre o perfil dos professores do mesmo local e data constataram que as mulheres representam 80% da categoria docente não apenas no ensino fundamental como também no médio.

Diante de tais dados estatísticos que comprovam a íntima relação entre a mulher e a docência, retomaremos aspectos históricos para entendermos o “por que” certos conceitos se naturalizam no senso comum. Pesquisas demonstram que o magistério já fora predominantemente ministrado por homens, o que foi sendo mudado somente quando os interesses sociais também modificaram.

SCHAFFRATH (2000) nos mostra que desde a colonização, a maioria das escolas brasileiras eram administradas pelos jesuítas, e estes cuidavam apenas da educação dos homens. Durante todo o período colonial, a mulher brasileira esteve bastante afastada da escola em detrimento das atividades que lhes eram atribuídas como naturais para o seu sexo, tais como bordar, limpar a casa, cuidar do marido e dos filhos. Então a atividade docente foi iniciada por homens, principalmente jesuítas, já por volta de 1549.

E este cenário começaria a ser mudado com os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade que, muito embora tenham conservado inicialmente o modelo do professor-homem-sacerdote, propunham uma forma laica, pública e obrigatória de educar. Assim, o Estado burguês criou condições para a estruturação de uma rede pública de ensino e se preocupou também com a capacitação dos profissionais que iriam atuar nas escolas. (SCHAFFRATH, 2000)

Aos poucos as autoridades da época começaram a despertar para o fato de que sendo a mulher a primeira educadora de seus filhos seria ideal que fizesse parte da educação primária. No Brasil, foi somente a partir da Independência que se verificou investimentos nesta direção, pelo menos, no que se refere às leis, pois só em 1827, a Lei de 15 de Outubro criava as primeiras escolas primárias para o sexo feminino em todo o Império. E como naquela época, no Brasil e também na Europa, as aulas eram dadas em turmas separadas por sexo, foi preciso que se admitiessem mulheres para lecionar nas turmas femininas; assim foram criadas as primeiras vagas para o magistério feminino. (SCHAFFRATH, 2000)

Além de haver impedimentos morais dos professores educarem as meninas, a mão-de-obra feminina na educação foi necessária pela retirada dos homens em busca de empregos mais bem remunerados, pelos períodos letivos terem se alongado e a população escolar ter aumentado, pela capacidade de reivindicação das mulheres pelo seu espaço na profissão e também pelo fato de “ser professora” possuir maior prestígio social que ser governanta, parteira ou costureira, mesmo o magistério não sendo bem remunerado, pagava melhor em relação às demais que costumavam ser reservadas às mulheres e era permitido que saísse desacompanhada para ir lecionar e possibilitava adquirir conhecimentos além dos domésticos. (ALMEIDA, 1998)

Várias correntes de pensamento propunham que havia diferenças “naturais” entre homens e mulheres. E que às mulheres, por sua constituição natural, cabia socializar as crianças, como parte de sua função maternal. Como o ensino primário era entendido como extensão da formação moral e intelectual recebida em casa, foi fácil admitir que a educação das crianças estaria mais bem assistida nas mãos de uma mulher. E as demais profissões que fugissem aos padrões ditos femininos ofereciam resistência à sua entrada, sob os mais variados argumentos, desde o risco à saúde e a dos futuros filhos até a desagregação da família e as conseqüências para a sociedade. (ALMEIDA, 1998)

SCHAFFRATH (2000) afirma que magistério enquanto profissão pouco rentável afastava os homens que deveriam prover o sustento da família. No caso das mulheres, estas poderiam exercer uma profissão mal remunerada, já que não lhes cabia a responsabilidade de “chefes de família”.

No entanto é importante ressaltar que a questão da desvalorização profissional de categoria docente não se dá somente pela feminização desta, na realidade a imprensa brasileira publicada nas primeiras décadas do século mostra que a categoria nunca foi valorizada ou bem remunerada em toda sua história. (ALMEIDA, 1998)

APPLE (1988 apud ALMEIDA, 1991) relata que os homens não saíram da educação e sim das salas de aula, o que implica a noção de poder e de distribuição de poder. De acordo com LOURO (2004) nas escolas públicas os homens detinham as funções de diretores e inspetores e controlavam todo o sistema, enquanto as mulheres ficavam nas salas executando funções mais diretamente ligadas ao ensino.

Com o aumento da demanda escolar em meados do século XIX começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes homens e mulheres (embora estes devessem estudar separadamente). Pouco a pouco os relatórios iam indicando que estas estavam recebendo bem mais mulheres que homens, fato relacionado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens e abria o espaço na educação para as mulheres. No entanto tal espaço não foi conquistado sem resistência, pois alguns afirmavam que a mulher não tinha capacidade para educar por ser menos desenvolvida que os homens, no entanto, outros argumentos surgiam para justificar a presença delas na educação: afirmavam que a mulher tem, por natureza, o dom de ser professora, pois a docência deve ser uma entrega de amor e doação que tem tudo haver com a maternidade. A sala de aula deveria ser entendida, segundo os que defendiam a presença das mulheres em tal profissão, como o lugar do sacerdócio e não da profissão. (LOURO, 2004)

ALMEIDA (1998) também diz que a mulher na sala de aula como professora nada mais é que o equilíbrio entre a condição desejável e a possível de se obter, ou seja, o “ser professora” esta intimamente ligado à missão, vocação e extensão do lar e da maternidade. Nesta época algumas vozes masculinas argumentavam que a mulher deveria ser realmente bem instruída, pois deveria ser uma boa esposa e boa mãe.

O magistério, assim como a enfermagem, por exemplo, eram aceitas por que era de só um turno (o que permitia que elas atendessem as obrigações do lar), por que eram reguladas por homens, por que estavam ligadas ao cuidado, amor, sensibilidade e também por que para as mulheres que não podiam ter filhos ser professora era uma forma de cumprir esse papel e para muitas jovens que precisavam de trabalhar pela sobrevivência, o magistério representava um trabalho digno e adequado socialmente. (LOURO, 2004)

LOURO (2004) fala que a educação e a psicologia juntaram força no final do século XIX e passaram a considerar que o afeto era um facilitador da aprendizagem e a escola deveria ser um ambiente prazeroso e a figura da professora sorridente e próxima dos alunos. Mesmo no período da ditadura, no qual pregou-se o controle das classes, do que era ensinado, dos livros e da relação aluno-professor muitas professoras camuflam o que os órgãos administrativos pretendem e introduzem características próprias aos sistemas de instrução passando, inclusive, a usar *tia* para denominar professora.

À medida que o salário das mulheres vai se tornando cada vez mais fundamental para a sobrevivência familiar, a docência vai deixando de ser tratada somente como missão para se tornar uma categoria profissional. Assim, aos poucos as entidades do magistério começam a se mobilizar para reivindicar melhores condições de trabalho.

ALMEIDA (1998) diz que na década de setenta o magistério teve direitos assegurados em relação à jornada de trabalho, aposentadoria e licenças de saúde e maternidade. Logo depois de

terem ocupado em definitivo o magistério primário, as mulheres conseguiram acesso ao secundário, puderam frequentar as universidades, e aos poucos foram dirigindo-se para outras funções, pois se anteriormente a tais avanços, temia-se socialmente a mulher instruída, agora esta se faz permissiva devido ao fato do magistério ser uma profissão adequada ao feminino.

Nos anos iniciais do século XX, o movimento feminista que começou na América do Norte e na Europa e repercutiu na América Latina levantou a bandeira da educação feminina, e ainda que esta tenha sido disciplinada pelos homens significou um avanço. As guerras mundiais significaram maior independência e emancipação para as mulheres, pois nestes períodos a mão de obra destas foi requisitada em diversos setores.

SILVA (2004) ressalta que a palavra “gênero” foi utilizada pela primeira vez num sentido próximo do atual pelo biólogo norte-americano John Money, em 1955 precisamente para dar conta dos aspectos sociais do sexo.

ALMEIDA (1998) constata que a necessidade de pensar o feminismo de uma perspectiva teórica motivou o meio acadêmico a introduzir, em meados dos anos 70, o conceito de gênero como categoria científica que explicita as relações sociais entre os sexos. Entre os pesquisadores este conceito apareceu diante da necessidade de elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico.

Assim, é importante considerar que as configurações de poder entre os gêneros variam de acordo com as culturas, religião, economia, classes sociais, raças, momentos históricos. A utilização do termo gênero implica de acordo com ALMEIDA (1998), um não-acatamento das desigualdades sexuais justificadas pelos aspectos biológicos defendida pelos positivistas e higienistas. Esse pressuposto da inferioridade biológica da mulher em relação ao homem no século XIX considerava natural os homens ocuparem o poder.

Gênero descreve os componentes não fisiológicos do sexo que são culturalmente esperados como apropriados aos homens e às mulheres. LOURO (1996 apud RODRIGUES, 2003) afirma que enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como masculina ou feminina, sendo que nesta construção está implícita a idéia de relação. Assim, os indivíduos, ao se identificarem social e culturalmente como masculinos ou femininos, constroem a sua identidade de gênero, enquanto que a identidade sexual se constitui através da vivência da sexualidade com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto ou sem parceiros.

Os papéis de dona de casa, esposa e mãe são tradicionalmente concebidos às mulheres; e, desde muito cedo, espera-se que a menina preserve a autoridade patriarcal, obedeça, sirva, cale e estas, por sua vez, tendem a ter comportamentos aprovados socialmente. O que acontece também perante os meninos, os quais “devem” ser mais ativos, corajosos, competitivos e fortes. Desta forma, esses modelos expressos em atitudes são compartilhados por todos, o que ocasiona um ciclo vicioso de preconceitos que passa de geração a geração.

OBJETIVOS

- Analisar as transformações, advindas da modernidade, no papel da mulher e o modo como essas influenciaram no desempenho de seu papel como mãe-professora.
- Identificar se o tema “gênero” é discutido e como é discutido nos cursos de licenciatura em Educação Física, Artes, Letras e Pedagogia.
- Verificar a concepção do “ser mulher” e do “ser mãe” das estudantes dos cursos de licenciatura e como isto influencia na docência e no processo educacional de seus filhos.

METODOLOGIA

Na primeira etapa da pesquisa realizamos uma investigação bibliográfica sobre a relação entre gênero, maternidade e docência e, para isso, lemos e discutimos autores tais como ALMEIDA (1998), ALVES & PITANGUY (1985), BADINTER, (1985), DEL PRIORE (2000), LOURO (2004), SCHAFFRATH (2000), VENÂNCIO (2004), VIANNA (1998), dentre outros.

A coleta de dados foi realizada com 60 estudantes-mulheres-mães dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Letras, Artes e Pedagogia da Universidade Federal de Goiás. A coordenação de cada um dos cursos assinou um termo de livre consentimento após ser comunicada sobre o tema e sigilo da pesquisa.

É importante ressaltar que foram escolhidas mães dos cursos de licenciatura acima descritos, pois são essas que possuem habilitação para lidar diretamente com a infância em sala de aula, já que o que buscamos aqui é verificar o processo educacional dessa fase tanto na escola quanto em casa na relação maternal.

Os materiais utilizados foram: termo de livre consentimento e questionário impresso, que foi respondido no término das aulas ou nos corredores das faculdades. Foram realizadas cerca de dez vistas que nos permitiram obter 5 questionários respondidos no curso de Educação Física, 15 no curso de Artes, 20 no de Letras e 20 em Pedagogia e a escolha dos participantes foi feita de modo aleatório.

Embora o número de questionários proposto no projeto do presente relatório entregue à CNPq na primeira metade do ano de 2005 fosse atingida (60 mulheres-mães), houve uma discrepância entre o número de questionários respondidos no curso de Educação Física em relação aos demais (Letras, Artes e Pedagogia), ressaltamos então que tal fato se deve à dificuldade que tivemos de encontrar mães nesse curso, devido principalmente ao fato de desta demanda ser pequena em relação a demanda dos demais cursos.

Primeiramente foi estabelecido um *rapport*, ou seja, uma conversa informal para que uma relação de cordialidade fosse criada entre a pesquisadora e o participante, depois era explicado o assunto geral da pesquisa e a importância de sua contribuição, então o questionário era entregue.

No questionário havia oito perguntas abertas para investigar o conceito de mulher, gênero e maternidade das mulheres-mães, assim como a relação docência-maternidade e em qual nível se discute gênero em cada um dos cursos de licenciatura.

Em seguida analisamos os dados obtidos quantitativa e qualitativamente, partindo das práticas discursivas dos participantes da pesquisa, levando sempre em consideração o movimento histórico-dialético, ou seja, a presença dos fatos históricos e seu constante dinamismo perante a realidade concreta dos indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato dos dados e análise serão aqui explicitados concomitantemente e a ordem é a das questões do questionário proposto às mulheres-mães-estudantes dos cursos de Letras, Educação Física, Pedagogia e Artes da Universidade Federal de Goiás.

Ao questionarmos às mulheres “Quais são as palavras que surgem espontaneamente quando escutam a palavra mulher?” apareceram ao todo 228 características repetidas mais de três vezes. Assim, as separamos em dois grandes grupos, um primeiro com palavras ligadas à feminilidade e a maternidade e outro com outros adjetivos.

No primeiro grupo houveram 127 relatos das palavras: paciência, feminilidade, esposa, companheirismo, compreensão, fragilidade, sensibilidade, vaidade, sensualidade e lar, sendo que as mais citadas foram maternidade (30 vezes), afetividade (27 vezes), cuidado (15 vezes) e carinho (10 vezes). E o segundo grupo com 101 citações das características: força/luta (48 vezes), responsabilidade (10 vezes), trabalho (8 vezes), alegria (8 vezes), capacidade (5 vezes), amizade (5 vezes), vida (5 vezes), liberdade (3 vezes), inteligência (3 vezes), coragem (3 vezes) e solidariedade (3 vezes).

Constatamos diante destes dados que o auto-conceito da maioria das mulheres esta muito ligado à maternidade, à afetividade e à força/luta o que nos leva a retomar a historia da mulher para percebermos que já na Grécia, de acordo com ALVES & PITANGUY (1985), a mulher tinha como função principal a reprodução da espécie, cuidar dos filhos e da subsistência do homem (fiação, tecelagem e alimentação).

Vários historiadores também mostram que no período da Idade Média, valores morais impõem à mulher européia um “destino biológico”, naturalizando algo que, na verdade, é construído socialmente. Sua identidade deveria ser fundamentada no casamento, fidelidade e maternidade; destituída do direito de participar da vida social. A Igreja católica foi grande defensora desta causa, pregava que homens e mulheres deviam ser educados de forma diferente. Da mulher espera-se uma postura receptiva e emotiva e o ideal era que ficassem em casa só por conta dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. (NADER, 2001).

Porém, é um equívoco pensarmos que essa opressão não contou com movimentos de resistência, ainda que esses nem sempre tenham sido realizados de modo mais organizado e sistemático, sendo, às vezes, assumido por iniciativas individuais ou de pequena minoria (AUAD, 2003). Daí o possível motivo para o conceito de mulher não ser somente ligado à afetividade, mas também à força e luta que estiveram presentes, segundo relatos históricos, desde a Idade Média.

Para citarmos períodos mais recentes temos que nos pós-guerras, por exemplo, as mulheres representaram a maioria da força de trabalho nas indústrias, assumindo também o gerenciamento de suas famílias. E aos poucos indignação ao preconceito existente com relação à mulher foi se tornando cada vez maior o que estimulou os movimentos feministas para que iniciassem discussões sobre as relações de gênero.

Diante destes recortes históricos temos os aspectos definidores do “ser mulher” pelas participantes: por um lado o preconceito herdado da Antiguidade de que o papel da mulher é de um ser afetivo, doce e destinado criação dos filhos, mas por outro a presença da força feminina que se percebe no cotidiano retratado, muitas vezes, por uma jornada tripla de trabalho e luta por condições melhores de vida para si próprias e para suas famílias.

Na segunda pergunta “Na sua opinião, o que significa ser mãe?” separamos as respostas das participantes em três esferas*:

1)Esfera biológica, na qual estão as respostas que relacionaram o “ser mãe” apenas ao fato de gerar uma nova vida ou perpetuar a espécie: apareceu em 5% das respostas.

2)Esfera social que abarca as respostas que se referem à educação, limites dificuldades e responsabilidade que se deve ter ao ser mãe: presente em 31,7%.

3)Esfera sentimental ligada à satisfação pessoal de ter um filho: amor incondicional, estar pronta para servir, dedicar-se por inteiro, ser completa como mulher, resignar-se do próprio “eu”, razão de viver, missão de cuidar que vem de Deus. Apareceram em 61,7% das respostas.

A terceira questão era “Na sua opinião, o amor materno é adquirido ou nasce com a mulher?”, verificamos que 40% das mulheres disseram que o amor materno é adquirido, 40% relatou que nasce com a mulher e 20% respondeu que este amor em parte nasce com a mulher e em parte é adquirido.

Diante destas duas questões constatamos que a esfera sentimental se sobressai em meio às demais, isto nos indica que para estas participantes a concepção de “ser mãe” esta muito ligada à satisfação pessoal como cita a participante 44 “[ser mãe] é uma experiência plena de realização pessoal”. Além disso, verificamos que parte das participantes pensa no amor materno como instintual, tal como aparece nesta afirmação “Nasce com a mulher como *instinto*, só que infelizmente algumas mulheres não sabem valorizar esse dom”.(p.53)

Interessante observar a concepção de algumas das participantes de que o amor materno é algo inato nas mulheres, visão esta problematizada nos estudos feitos por BADINTER (1985) que mostra que por muito tempo o comportamento de rejeição das mães para com seus filhos era muito comum devido ao fato da própria criança não ser valorizada socialmente. Além disso, a elevada taxa de mortalidade infantil fez, durante muito tempo, com que as mães não se apegassem de forma intensa aos seus filhos, pois caso estes morressem estas também morreriam de tristeza e foi só a partir do século XVI, de acordo com ARIËS (1981), que esta entrou em cena e o cuidado por ela também foi estimulado. Daí começa a se propagar a idéia de que as mulheres nasceram para amar seus filhos incondicionalmente.

Na questão “Existe relação entre o papel desempenhado pelas professoras em sala de aula e o papel desempenhado pelas mães no processo de educação de seus filhos? Explique” 10% falou que existe pouca relação; 5% disse que não tem relação; 5% respondeu que são processos educativos deferentes que se complementam e 80% dos participantes responderam que sim, existe relação entre estes papeis, como por exemplo a participante 57 que disse: “*A professora que é mãe, ela faz essa relação até inconscientemente. É o instinto materno*”.

Diante destes dados podemos supor que cotidianamente a imagem de professora esta ligada à da mãe e isto também nem sempre foi assim, pois o magistério já foi, inclusive, predominantemente masculino como diz SCHAFFRATH (2000), durante todo o período colonial, a mulher brasileira esteve bastante afastada da escola em detrimento das atividades que lhes eram atribuídas como naturais para o seu sexo, tais como bordar, limpar a casa, cuidar do marido e dos filhos, então eram os homens que freqüentavam os colégios tanto como alunos quanto como docentes. E este cenário foi sendo modificado a medida com que a educação de meninas foi sendo permitida, que os homens foram em busca de profissões mais bem remuneradas, as mulheres lutaram por espaço dentro da educação, dentre outros motivos.

Vários autores relatam que a educação se torna predominantemente feminina só no século XIX, quando o argumento de que a docência é uma extensão da maternidade e por isso deve ser

* na questão dois houve uma participante que não respondeu

de se obter, ou seja, o “ser professora” esta intimamente ligado à missão, vocação e extensão do lar e da maternidade.

Segundo ARCE (2001) a utilização de termos como "professorinha" ou "tia" na educação infantil configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar. Assim, essa mulher/mãe não chega a ser professora devido à proximidade extrema que seu trabalho possui com o doméstico e o privado; e por outro lado não chega a ser mãe, pois, não foi ela quem gerou em seu ventre todas aquelas crianças que ficam sob seus cuidados.

A questão cinco “Você vê diferença na educação de meninos e meninas? Qual?” foi respondida da seguinte maneira: 13,3% das participantes disseram que há alguma diferença, ainda que seja pequena; 26,7% relatou que não há diferença e 60% disse que há diferença na educação de meninos e meninas.

Notamos nestas respostas que algumas mulheres se referem ao que acontece na realidade e outras retratam o que deveria existir, como a participante 56: “Não; para mim meninos e meninas deveriam ser tratados da mesma forma. Entretanto na educação atual, os professores e a escola fazem distinções entre meninos e meninas, principalmente com relação ao comportamento” ou a participante 50: “Penso que não deveria haver, mas infelizmente há”, o que nos mostra a dificuldade que muitas vezes existe entre o ideal e a prática que muitas vezes inquieta o professor ou professora que tem na sala de aula um recorte da sociedade que apresenta todos os dias problemas latentes não só referentes à gênero como também a raça, etnia, classe social, idade, dentre outros.

As perguntas seis e sete foram analisadas conjuntamente por serem complementares entre si, são elas; “Como você acha que uma menina aprende a ser menina?” e “Como você acha que um menino aprende a ser menino?”: 68,3% das mulheres consideram que meninos e meninas aprendem a ser meninos e meninas pelo referencial de feminino ou masculino que têm em seu convívio social, como por exemplo na relação com a mãe (no caso das meninas) e com o pai (no caso dos meninos) ou mesmo fazendo coisas socialmente atribuídas à meninas(os); 15% disse que aprendem pela própria natureza em conjunto com as referências sociais; 16,7% afirma não saber como aprendem ou não responderam claramente.

Destacamos as falas das participantes 5 e 30 respectivamente:

[A menina aprende a ser menina] “brincando de boneca e se envolvendo com o mundo feminino, mostrando graciosidade, delicadeza e também muitas vezes isso já está na criança mesmo” (p.5)

[A menina] “aprendendo a se comportar passivamente, brincando com suas bonecas, suas panelinhas e aprendendo que deve ser uma boa dona de casa” e [o menino] “tendo como referência um papel ativo, no qual futuramente será responsável pelas importantes decisões. E aprendendo a ter várias namoradas desde cedo”.(p.30)

Sobre o aprendizado de papéis de menina ou menino verifica-se que a interação com outro é fato predominante na resposta das participantes, dado este que pode ser confirmado em pesquisas anteriores feitas por BARBOSA & COSTA (2005) nas quais afirmam que 80% das meninas e 84,5% dos meninos relatam ter aprendido a ser menino ou menina com alguém; o que também foi verificado nas repostas de estudantes do curso de Pedagogia, na qual 70% delas disse que aprenderam a ser mulher na família, amigos, ou sociedade em geral.

As respostas da oitava questão “Um dos temas discutidos em vários campos de formação é gênero. Este tema é discutido no seu curso? Como você define gênero?” foram separadas por

curso e das cinco participantes investigadas no curso de Educação Física, 4 disseram que é discutido ou pouco discutido e 1 falou que não é discutido; das quinze mulheres que responderam o questionário do curso de Licenciatura em Artes, 7 responderam que é discutido, 3 relaram que não é discutido e 5 não responderam; no curso de Letras das vinte mulheres 2 falaram que é discutido, 9 disseram que não é e 10 não responderam e, finalmente, das vinte participantes do curso de Pedagogia, 10 relataram que é discutido ou é discutido superficialmente, 7 disseram que não é discutido e 3 não responderam.

Nesta mesma questão fizemos outra análise que se refere às participantes, de modo geral, terem ou não definido gênero e como o fizeram: 41,7% das mulheres-mães não definiram gênero e 58,3% definiram, dessas 65,7% afirmaram que gênero é diferença (social e física) dos sexos, opção sexual ou simplesmente feminino e masculino; 11,5% falou que gênero é posição social, papel social ou comportamento, 8,6% relata que é um conceito aprendido social histórico e culturalmente; 8,6% disse que é algo relacionado à função gramatical; 2,8% define como a predominância da figura feminina nos cursos de formação e 2,8% fala que é a semelhança das coisas. Alguns exemplos de respostas das participantes: *“Defino gênero, como uma diferença biológica, que acompanha o homem desde a sua formação biológica e é o que difere um homem de uma mulher” (p.11)* e *“Gênero no meu curso só literário ou lingüístico” (p.33)*

Diante destes dados podemos constatar que gênero é um tema ainda pouco discutido nos cursos de graduação pesquisado fato este que nos preocupa por estarmos nos referindo à cursos de formação de professores que lidaram cotidianamente com questões de gênero.

Segundo VIANNA (1998) “gênero é um conceito controvertido, complicado, um pântano” (p. 352) o que se verifica também pela diversidade de formas com que as participantes tentaram definir este termo, apareceram conceitos que se remeteram ao físico, ao biológico, à posição social e até à função gramatical o que nos indica que embora 23 das 60 participantes tenham afirmado que gênero é discutido em seus cursos de graduação constatamos que este conceito é trabalhado de forma superficial e sem uma visão crítica.

No presente relatório gênero é entendido como um conceito construído socialmente e que atribui papéis determinados de acordo com o sexo do individuo, por exemplo, os papéis de dona de casa, esposa e mãe são tradicionalmente concebidos às mulheres; e, desde muito cedo, espera-se que a menina preserve a autoridade patriarcal, obedeça, sirva, cale e estas, por sua vez, tendem a ter comportamentos aprovados socialmente. O que acontece também perante os meninos, os quais “devem” ser mais ativos, corajosos, competitivos e fortes. Desta forma, esses modelos expressos em atitudes são compartilhados por todos, o que ocasiona um ciclo vicioso de preconceitos que passa de geração a geração.

COMENTÁRIOS FINAIS

Ao analisarmos de modo sistemático os estudos realizados por diversos autores, podemos afirmar que ao discutirmos um tema como gênero e a relação docência-maternidade o caminho deve partir da história para que esta possa nos mostrar que não é por acaso que determinados comportamentos são aprovados ou desaprovados socialmente.

Durante a execução da primeira etapa do projeto de pesquisa que resultou neste relatório parcial verificamos que a constituição histórica da imagem do profissional de educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade e da mulher como educadora nata.

Diante disso acreditamos que o problema não é unir a aprendizagem à afetividade, o que tentamos problematizar aqui é o fato de apenas a mulher ser relacionada ao ato de cuidar, de ser permissiva, de ser paciente e doce com seus alunos. Além disso, notamos que foi naturalizado não só o gênero feminino como o mais sensível e capaz de amar seu filho incondicionalmente, mas também a docência como vocação e parte do instinto maternal o que, no nosso ponto de vista afasta a mulher do profissionalismo e da busca por uma formação melhor.

Enfim esta pesquisa foi enriquecedora na nossa formação acadêmico-científica e pessoal para percebermos aspectos relevantes que permeiam nossa sociedade, o universo feminino e a educação. Além de despertarmos para a necessidade que haja mais discussão do tema gênero nas faculdades, principalmente nas de formação de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Cybele Crossetti. O magistério feminino laico no século XIX. In: SILVA, Tomas Tadeu. *Teoria e educação*, n 4, 1991.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARCE, Alessandra. *Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil*. *Cad. Pesquisa*, jul. 2001, no.113, p.167-184. ISSN 0100-1574.
- ARIËS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*; tradução Waltensir Dutra_ Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985, 9ª ed.
- BARBOSA, Ivone Garcia & COSTA, Maraiza Oliveira. *Mulher, Mãe: formação de auto-conceito e de representações infantis sobre o papel da mulher*. Relatório Final/ PIBIC/ CNPq, 2005.
- DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.
- LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. In: SILVA, Tomas Tadeu. *Teoria e educação*, n 4, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.
- NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*, 2ª ed. Vitória: EDUFES/ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS, 2001.
- RODRIGUES, Paula. *Questões de gênero na infância*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- SCHAFFRATH, Marlete A. S. A profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. In: 23ª Reunião Anual da Anped, 2000, Caxambu, MG. Anais da 23ª Reunião Anual da Anped. São Paulo: ANPED, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 189-222.
- VIANNA, Cláudia. Entre o desencanto e a paixão: desafio para o magistério. In: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998, p. 315-342.